

Lei Ordinária nº 845/1989

Dispõe sobre o Plano de Cargos e Empregos da Prefeitura Municipal de Camapuã-MS, e dá outras providências.

O Sr. Victor Hugo Ferreira Rosa, Prefeito Municipal: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 16 de fevereiro de 1989

TÍTULO I -

DO PLANO DE CARGOS E EMPREGOS

Capítulo I -

Das Disposições Gerais

Art. 1°. - Os cargos, empregos e salários, da Prefeitura Municipal de Camapuã-MS, serão classificados de conformidade com o disposto nesta Lei.

§ 1°. -

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à matéria, aos cargos a que se refere este Artigo serão atribuídas remunerações especificas, a titulo de retribuição pecuniária, conforme os parâmetros constantes das tabelas em anexo, partes integrantes desta Lei.

§ 2°. -

O presente Plano de Cargos e Empregos será constituído de Quadros de Pessoal nos termos especificados na presente Lei.

Art. 2°. -

O sistema classificatório abrangerá os Cargos isolados de provimento de comissão, as funções gratificadas e os cargos efetivos definidos nesta Lei e regulamentos pertinentes, observadas as disposições do Estatuto dos funcionários Públicos Municipais de Camapuã-MS, naquilo que não conflitar com a presença da Lei, revogadas as disposições em contrário.

Capítulo II -

Da Estrutura dos Ouadros de Pessoal

- Art. 3°. Os Quadros de Pessoal da Prefeitura Municipal de Camapuã-MS, ficam assim discriminados:
- I Cargos de provimento em Comissão símbolo CC:
- **a) -** Grupo Operacional 1 destinado a abrigar os servidores nomeados para o exercício de funções de confiança, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.
- II Cargos de Provimento Efetivo:
- **a) -** Grupo Operacional 2 Técnicos de Nível Superior, símbolo TNS, destinados a abrigar os ocupantes de cargos cuja formação de nível superior seja requisito exigido para o provimento;
- **b)** Grupo Ocupacional 3 Técnicos de Nível Médio, símbolo TNM, destinados a abrigar os ocupantes de cargos cuja formação de nível médio seja requisito exigido para provimento;
- **c) -** Grupo Ocupacional 4 Pessoal de Serviços Auxiliares, símbolo SAX, destinados a abrigar os ocupantes de cargos ou funções de apoio administrativo e serviços gerais da administração pública, nos quais não sejam exigida formação de nível superior e/ou médio;
- **d) -** Grupo Ocupacional 5 Magistério, Símbolo MAG, destinado a abrigar os servidores ocupantes de cargos e funções especificas relacionadas com o Ensino Regular do 1º Grau e outros correlatos com a área de atuação do Magistério e ensino a cargo do Município.

Capítulo III -

Do Enquadramento do Pessoal

- **Art. 4°. -** O pessoal ocupante de cargos de provimento efetivo, admitidos anteriormente e relacionados com os Grupos Ocupacionais definidos nas alíneas "a, b, c e d" do inciso II, art. 03 desta Lei, serão enquadrados por transposição em estrita observância ao principio da isonomia salarial, podendo posteriormente ser procedida sua reclassificação, por readaptação ou transferência, de modo a que lhes sejam assegurados vencimentos/salários nunca inferiores aos percebidos em 31 de dezembro de 1988.
- **Parágrafo único.** Para os efeitos deste artigo, considera-se "transposição", a passagem do servidor de um cargo ocupado anteriormente à vigência desta Lei, para outro idêntico, similar, correlato ou mais compatível com suas condições e/ou capacidade produtiva, criado nos termos do Plano de Cargos e Empregos adotados pelas disposições desta Lei e regulamentos pertinentes.
- **Art. 5°. -** O ingresso nos novos Quadros de Pessoal e Grupos Ocupacionais definidos pela presente Lei, dar-se-á por classes, em cada cargo, observados os níveis de qualificação exigidos para provimento.
- **Art. 6°. -** Habilitar-se-á à reclassificação por transferência ou readaptação, os servidores que, além da qualificação necessária, comprovarem ininterrupto exercício das funções pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. -

O Poder Executivo Municipal considerando o interesse público e a conveniência da Administração Municipal, poderá realizar reclassificações "ex-officio", a seu critério, desde que não implique em descesso de remuneração do servidor reclassificado.

Art. 7°. - O ingresso definitivo nos Cargos de Provimento Efetivo, dar-se-á mediante habilitação do candidato em concurso de provas ou de provas e títulos, de acordo com a legislação pertinente e ocorrerá na classe e referencia inicial de cada um deles.

Parágrafo único. - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, enquanto não existir servidores habilitados ao ingresso definitivo nos Cargos de Provimento Efetivo, a criar e utilizar-se do Quadro de Pessoal Suplementar, em caráter provisório cujos servidores assim enquadrados perceberão a remuneração estabelecida para os cargos de provimento efetivo, excetuando-se apenas as vantagens previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Camapuã/MS, inerentes aos funcionários efetivados em razão de habilitações em concurso público.

- **Art. 8°. -** O provimento dos cargos em comissão, dar-se-á por livre nomeação e ou/exoneração mediante ato do Prefeito Municipal nos termos da parte final do inciso II Art. 37 da Constituição Federal vigente.
- § 1°. Quando o provimento dos cargos em comissão recair sobre servidores da administração municipal e, em sendo seu salário inferior ao vencimento-base do cargo em comissão para o qual for nomeado, serlhe-á atribuída complementação salarial, de forma a que, o total da remuneração seja igual ao vencimento determinado para o cargo em comissão.
- § 2°. Quando o provimento dos cargos em comissão recair sobre servidores da administração municipal e, em sendo seu salário superior ao vencimento-base do cargo em comissão para o qual foi nomeado, serlhe-á facultativo optar por seu salário de origem, acrescido das eventuais vantagens do cargo em comissão.
- **Art. 9°. -** Quando o provimento dos cargos em comissão recair sobre servidores cedidos com ônus para a origem, por órgãos públicos da União, Estado e/ou outros Município, aplicar-se-á, se for o caso e no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

Art. 10°. -

Fica instituída a Gratificação variável de 30% (trinta por cento) a ser concedida por ato do Poder Executivo Municipal, aos servidores ocupantes de cargos ou funções que, a critério da Administração Municipal, façam juz a este beneficio.

Parágrafo único. - A gratificação de que trata este artigo, somente será concedida quando for constatada a necessidade de serviços e suas execuções em regime de tempo integral, perdurando o beneficio enquanto o servidor permanecer neste regime e, a critério do Poder Executivo, fizer juz ao recebimento da gratificação.

Art. 11°. - As tabelas em anexo, relativas ao Plano de Cargos e Empregos criados pela presente Lei, fazem parte integrante da mesma, incumbindo ao Prefeito Municipal, justificadamente e no interesse da Administração Municipal, proceder suas alterações, inclui e/ou excluir cargos e funções, alterar a remuneração de acordo com as disponibilidades financeiras do Erário Municipal, bem como estabelecer requisitos mínimos para ingresso nos cargos e funções ali especificadas.

Capítulo IV -

Do Sistema de Carreira

Art. 12°. - O sistema de Carreira da Prefeitura Municipal de Camapuã/MS, consolidar-se-á sob a forma de Progressão, Ascensão, Transferência e Readaptação, observadas as diretrizes do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Camapuã/MS e do Estatuto do Magistério Municipal, no que couber, se fizer necessário e não conflitar com a presente Lei, revogadas as disposições em contrário.

Art. 13°. -

Para os efeitos do Sistema de Carreira, a disponibilidade dos cargos relativamente a fixação da lotação das respectivas classes será a seguinte:

I - Classe A = 60%

II - Classe B = 25%

III - Classe C = 15%

Art. 14°. - Para o fiel cumprimento do que dispõe este Título, o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal manterá devidamente atualizado, o demonstrativo de cargos com suas especificações, natureza dos trabalhos, descrição das atribuições básicas, características especiais, quando for o caso e, requisitos básicos para provimento.

TÍTULO II -

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

- **Art. 15°. -** Os anexos desta Lei constituem parte integrante de seu texto e suas alterações, quando couberem e se fizerem necessárias, serão realizadas por ato do Prefeito Municipal.
- **Art. 16°. -** O Poder Executivo Municipal, expedirá, a contar da vigência desta Lei, as normas complementares e regulamentares necessárias para o cumprimento de suas disposições, se necessário no que couber.

Art. 17°. -

As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta dos recursos orçamentários próprios consignados na Lei Orçamentária vigente, observadas as disponibilidades financeiras do Erário Municipal, o interesse e a conveniência da Administração Municipal.

Art. 18°. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as reformulações orçamentárias que se fizerem necessárias ao atendimento dos objetivos específicos da presente Lei, inclusive efetuar suplementação de recursos através de abertura de Créditos Adicionais especiais, suplementares e/ou extraordinários,observados limites estabelecidos na Lei Orçamentária vigente e as disposições pertinentes estatuídas pela Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 19°. - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 1.989.

-

ANEXO I - DA LEI Nº 845/89

GRUPO OPERACIONAL 1

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Regidos pelo Estatuto do Funcionários Municipais de: CAMAPUÃ/MS.

		QUANTIDADE	
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	DE	VENCIMENTO
SIMPOLO		CARGOS	BASE MENSAL
		CRIADOS	
C 1	SECRETÁRIOS MUNICIPAIS	06	NCZ\$ 352,00
C 2	CHEFE DE GABINETE E	01	NCZ\$ 352,00
	PROCURADOR JURÍDICO	01	NCZ\$ 352,00
C 4	DIRETOR DE DEPARTAMENTO E SUPERVISÃO DISTRITAL	12	NCZ\$ 176,00
C 5	ASSESSORES DE GABINETE E ASSESSORES DE IMPRENSA	07	NCZ\$ 160,00
C 3	ENCARREGADO DE SETORES	10	NCZ\$ 160,00
	E EQUIPES DE SERVIÇO		

-

ANEXO II - DA LEI Nº 845/89

GRUPO OCUPACIONAL 2

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

SÍMBOLO - TNS

Quadro de Pessoal Permanente e/ou suplementar

SÍMBOLO	CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	QUANTIDADE DE CARGOS CRIADOS	NÍVEL TABELA DO ANEXO VI
	Médico			
	Odontólogo	Α		IV a VII
	Bioquímico			
	Assistente Social			
	Sociólogo			
	Médico Veterinário			
TNS	Contador	В	10	VIII a XI
	Engenheiro			VIII G 7(1
	Economista			
	Advogado			
	Arquiteto	С		XII XV
	E Outros			

ı

ANEXO III - DA LEI Nº 845/89

GRUPO OCUPACIONAL 3

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

SÍMBOLO - TNM

SÍMBOLO	CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	QUANTIDADE DE CARGOS CRIADOS	NÍVEL TABELA DO ANEXO VI
	Técnico de Contabilidade	Α		
	Bibliotecária			VI e VII
	Auxiliar de Enfermagem			
	Topógrafo		40	
TNM	Professor Leigo com 2º Grau não especifico	В		
	Recepcionista			VIII e IX
	Fiscal Sanitário	С		X e XI
	E Outros	C		

^{*} Os professores serão regidos pelo Estatuto do Magistério do Município de Camapuã/MS.

ANEXO IV - LEI Nº 845/89

GRUPO OCUPACIONAL 4

SERVIÇOS AUXILIARES - SÍMBOLO SAX

Quadro de Pessoal Permanente e/ou suplementar

NÍVEL	OLIANTIDADE			
TABELA	QUANTIDADE			
,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	DE CARGOS	CLASSE	CATEGORIA FUNCIONAL	SÍMBOLO
DO ANEXO	CDIADOC			
VI	CRIADOS			

	Auxiliar de Mecânico	А		I a IV
	Cozinheiro			
	Gari			
	Trabalhador Braçal			
	Coveiro			
	Magarefe e Outros			
	Arquivista			
	Almoxarife			
	Zelador			
	Vigilante			
	Servente	В		V e VIII
	Merendeira	В		v e viii
SAX	Professor Leigo do 2º Grau			
SAX	Auxiliar de Biblioteca			
	Recepcionista		150	
	Motorista			
	Operador de Máquinas			
	Escriturário			IX a XI
	Agente Fiscal	С		
	Pedreiro			
	Carpinteiro			
	Eletricista			
	Encanador			
	Pintor			
	Mecânico			
	Atendente de enfermagem			

ANEXO V - DA LEI Nº 845/89

GRUPO OCUPACIONAL 5

MAGISTÉRIO - SÍMBOLO MAG

Quadro de Pessoal Permanente e/ou suplementar

SÍMBOLO	CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	QUANTIDADE DE CARGOS CRIADOS	NÍVEL TABELA DO ANEXO VI
	Professor Normalista	А		VII a IX
MAG	Professor com Habilitação especifica Superior de curta duração de Licenciatura Plena e outros na área de educação	В	120	X a XII
		С		XII a XV

^{*} Os professores serão regidos pelo Estatuto do Magistério do Município de Camapuã/MS

-

ANEXO VI - DA LEI Nº 845/89 TABELA DE REMUNERAÇÃO POR NÍVEIS Quadro de Pessoal Permanente e/ou suplementar

NÍVEL VALOR

INCZ\$ 102,60
IINCZ\$ 104,60
IIINCZ\$ 106,60
IV
VNCZ\$ 110,60
VI
VIINCZ\$ 114,60
VIIINCZ\$ 116,60
IX
XNCZ\$ 125,00
XI
XIINCZ\$ 150,00
XIIINCZ\$ 160,00
XIVNCZ\$ 170,00
XVNCZ\$ 180,00

OBS: As remunerações dos níveis salariais constantes desta Tabela e que estão classificados por funções do Anexo II, referente aos cargos de Médico, Engenheiro, Dentista, Veterinário, correspondem ao período de 4:00 horas de trabalho por dia.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã/MS., 16 de fevereiro de 1989.

Victor Hugo Ferreira Rosa

Prefeito Municipal